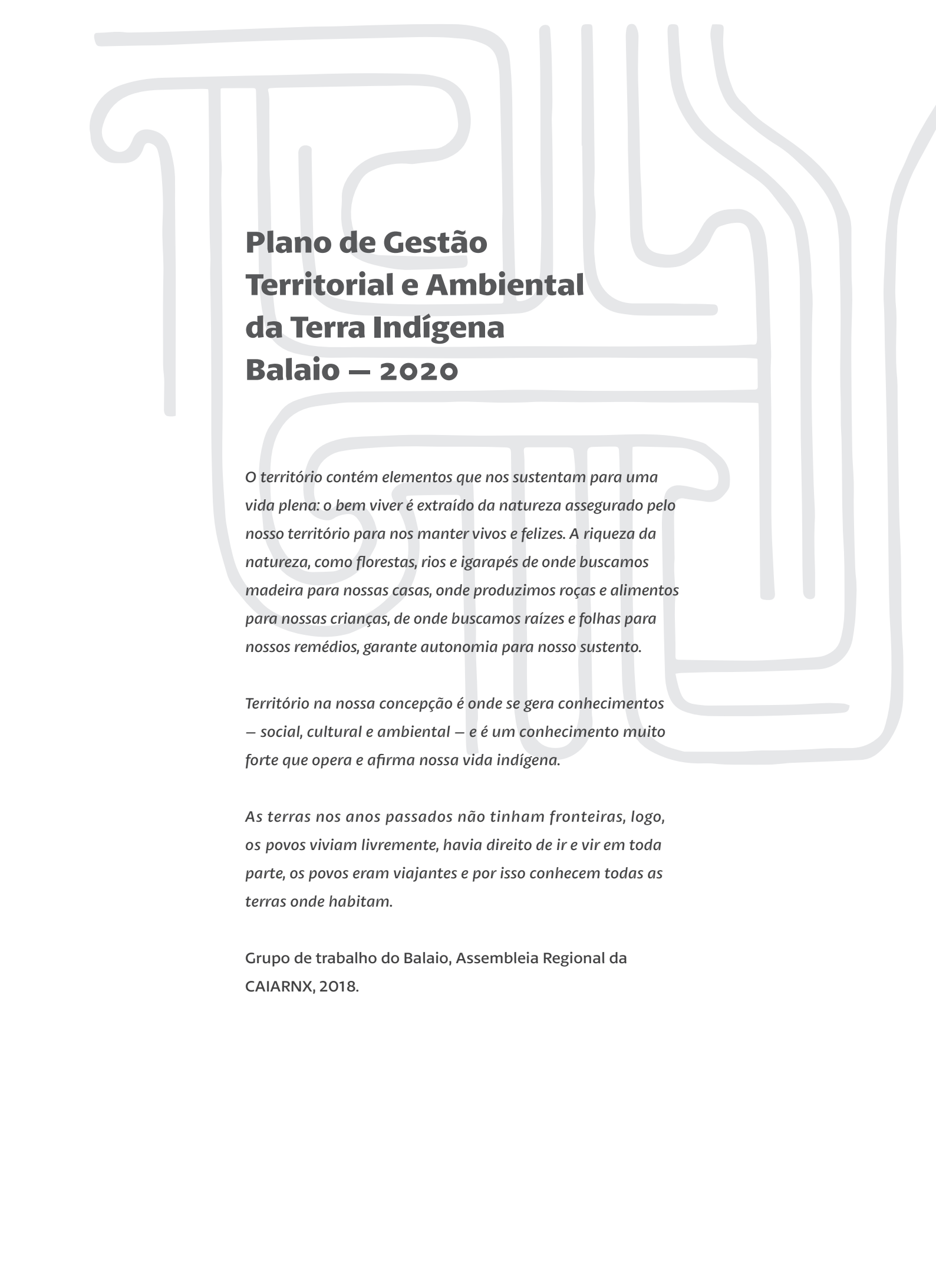




# **PGTA da Terra Indígena Balaio**

Plano de Gestão  
Territorial e Ambiental  
2020





## **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Balaio – 2020**

*O território contém elementos que nos sustentam para uma vida plena: o bem viver é extraído da natureza assegurado pelo nosso território para nos manter vivos e felizes. A riqueza da natureza, como florestas, rios e igarapés de onde buscamos madeira para nossas casas, onde produzimos roças e alimentos para nossas crianças, de onde buscamos raízes e folhas para nossos remédios, garante autonomia para nosso sustento.*

*Território na nossa concepção é onde se gera conhecimentos – social, cultural e ambiental – e é um conhecimento muito forte que opera e afirma nossa vida indígena.*

*As terras nos anos passados não tinham fronteiras, logo, os povos viviam livremente, havia direito de ir e vir em toda parte, os povos eram viajantes e por isso conhecem todas as terras onde habitam.*

Grupo de trabalho do Balaio, Assembleia Regional da  
CAIARNX, 2018.

## EXPEDIENTE

**Iniciativa** O Plano de Gestão da Terra Indígena Balaio é resultado de um longo processo de construção coletiva em que participaram lideranças, jovens, homens e mulheres. Trata-se de uma iniciativa liderada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em cooperação com as suas Coordenadorias Regionais. A elaboração do PGTA Balaio foi viabilizada pela Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX), e as associações indígenas de base: Associação Indígena do Balaio Rio Negro (AINBAL) e Associação das Mulheres Indígenas do Balaio (AMIBAL).

**Realização** Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) – <https://foirn.org.br/> – e Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Rio Xié (CAIARNX)



### Diretoria Executiva da FOIRN 2017–2020

Marivelton Rodrigues Barroso – Baré – Diretor Presidente  
Nildo José Miguel Fontes – Tukano – Diretor Vice-presidente  
Isaias Pereira Fontes – Baniwa – Diretor  
Almerinda Ramos de Lima – Tariano – Diretora  
Adão Francisco Henrique – Baré – Diretor

### Coordenadoria CAIARNX 2017–2020

Pascoal Gonçalves Filho – Coordenador  
Tiago Fernandes Sampaio – Vice-coordenador  
Antônio Candido Baltazar – Secretário  
Ronaldo Ambrósio Melgueiro – Tesoureiro

### Diretoria AINBAL 2018–2019

Tiago Fernandes Sampaio – Presidente  
Eugênio Vasconcelos Marinho – Vice-presidente  
Paulo Roberto Marinho – Secretário  
Batista Almir Sampaio Veloso – Tesoureiro

### Diretoria AMIBAL 2016–2019

Lucilene Azevedo Veloso – Presidente  
Maria Darcilene Soares Brito – Vice-presidente  
Berta Patrícia Sampaio Veloso – Secretária  
Gisele Gonçalves Veloso – Tesoureira

**Endereço:** Av. Álvaro Maia 79 – Centro – São Gabriel da Cachoeira-AM, CEP: 69750-000 – Caixa Postal 42.

**foirn@foirn.org.br**

**Assessoria:** Instituto Socioambiental (ISA)



**Comissão de Governança dos PGTA das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro:** FOIRN, ISA, CR RNG Funai e ICMBio

**Organização e edição da publicação:** Renato Martelli Soares

**Colaboração na revisão técnica e editorial:** Adelina Sampaio e Carla Dias

### Colaboração nos processos e registros das discussões e oficinas:

Adelina Sampaio (FOIRN), Alcimar Miranda (Pesquisador no Levantamento Socioambiental), Carla Dias (ISA), Flavio Bocarde (ICMBio), Gabriel Ribeiro dos Santos (Pesquisador no Levantamento Socioambiental, morador da comunidade Balaio), Luciana Uehara (ICMBio), Renato Martelli Soares (ISA), Tiago Sampaio (CAIARNX e AINBAL) e Tulio Caio Binotti (Funai)

### Apoio para realização e participação nas oficinas de discussão:

ACIYA (Asociación de Capitanes Indígenas de Yaigojé-Apaporis), AINBAL, AMIBAL, DSEI-ARN (Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro), Exército Brasileiro, Fiocruz Amazônia (Fundação Oswaldo Cruz), Funai (Fundação Nacional do Índio), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IFAM (Instituto Federal do Amazonas), Ministério do Meio Ambiente, SEMED-SGC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), UFAM (Universidade Federal do Amazonas) e SEMA AM (Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas)

**Mapas:** Renata A. Alves

**Projeto gráfico:** Rafael Miranda

**Colaboradores:** todas as lideranças e moradores da TI Balaio que participaram das oficinas e fóruns de consulta do PGTA

### Apoiadores Financeiros:



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



ALIANÇA PELO CLIMA



EMBAIXADA DA NORUEGA



União Europeia



ORGANIZAÇÃO AUSTRIACA DE COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente a posição das instituições que a apoiaram financeiramente.



# **Sumário**

- 7 I – Terra Indígena Balaio**
- 11 II – Processo de construção do PGTA na região**
- 16 III – Resultados das entrevistas e levantamento socioambiental**
- 24 IV – Propostas e demandas para gestão territorial da Terra Indígena Balaio**
- 52 V – Conclusão e prioridades**
- 54 Siglário**





GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS  
FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL  
INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E  
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO  
PROJETO INTEGRADO DE PROTEÇÃO ÀS POPULAÇÕES  
E TERRAS INDÍGENAS "AMAZÔNIA LEGAL"  
COFINANCIADO PELA REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL E  
AUXÍLIO DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Foto 1 – Placa indicando o Programa de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal, voltado para a demarcação de Terras Indígenas, comunidade do Balaio, 2015. Renato Martelli Soares/ISA





## I – Terra Indígena Balaio

Em 2009 foi homologada a Terra Indígena (TI) Balaio, território que faz parte do mosaico sociocultural do Rio Negro, ou Noroeste Amazônico, região multilíngue e pluriétnica com ocupação milenar dos povos indígenas que hoje aqui vivem e circulam práticas e saberes próprios. No caso das comunidades que formam a atual TI, as primeiras se estabeleceram na década de 1970 com famílias vindas da região do rio Tiquié e Uaupés. As mobilizações para sua identificação e demarcação remontam aos anos de 1980.

Localizada no município de São Gabriel da Cachoeira, AM, a TI tem seu acesso principal pela rodovia BR 307 que antes ligava a sede municipal, ou centro urbano de São Gabriel da Cachoeira à Cucuí, distrito do mesmo município que faz fronteira com a Venezuela. Hoje em dia, a estrada vai do centro de São Gabriel da Cachoeira até o km 100 onde encontramos a comunidade Balaio, após 12km dessa comunidade, a estrada foi tomada por matas e não há como passar sem abrir trilhas ou picadas. **Veremos que a estrada está no centro de muitas discussões nesta Terra Indígena. É uma das principais reivindicações dos moradores e sua condição precária torna o deslocamento entre a comunidade e o centro urbano de São Gabriel da Cachoeira perigoso e penoso.**

A Terra Indígena Balaio tem 257 mil hectares e está sobreposta a duas Unidades de Conservação. Uma é federal, o Parque Nacional Pico da Neblina, criado pelo decreto nº 83.550 de 1979 com a extensão aproximada de 2 milhões e 200 mil hectares. Criado na época pré-constituinte, a ocupação pelos moradores indígenas não foi considerada pelo Estado ao criar o Parque. Isto gerou uma série de conflitos com os órgãos gestores na época. No entanto, como afirma o Plano de Manejo do Parque Nacional do Pico da Neblina,

atualmente são considerados instrumentos de **gestão indígena**, que são nossas maneiras de manejar os recursos, para a política do Parque. Este Plano de Manejo está em finalização. O Parque possui também um Conselho Indígena criado em 2012 com representantes das quatro TIs em sobreposição (Cué Cué Marabitanas, Balaio, Médio Rio Negro II e Yanomami). Esta sobreposição, para os moradores da TI Balaio, deve contar como dupla proteção ao território com sua gestão compartilhada pelos povos indígenas e orientada pelos seus direitos ao território, organização social, costumes, línguas e reconhecimento de suas comunidades e organizações.

A outra unidade de conservação é estadual, a Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos, criada pelo decreto nº 12.836 de 1990 com a extensão de 36 mil e 900 hectares.

De volta à Terra Indígena Balaio, essa conta com três comunidades: Balaio, Jerusalém (Iá Mirim) e Parintins; e mais cinco sítios: Poranga, Rodrigo Cibele (Santa Rosa/São Miguel), Sozinho, Miuá e Tukano. Através do levantamento socioambiental FOIRN e ISA 2017/18 foram registradas 361<sup>1</sup> pessoas residentes nessa TI. Em 2013, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) contabilizou 328 pessoas. Originalmente formada por pessoas que migraram dos rios Uaupés e Tiquié, as principais etnias são Tukano e Desana mas há também a presença Piratapuia, Tuyuka, Kubeo, Koripako, Baniwa, Hupd'äh, Tariana e Baré. Como notamos na etapa de Juruti das oficinas inaugurais para elaboração dos PGTAs do Rio Negro em 2015, na nossa TI as comunidades estão crescendo e não vemos locais abandonados.

Há duas associações indígenas ativas e fundadas pelos moradores na TI Balaio, a **AINBAL – Associação Indígena do Balaio**, criada em 1991 e a **AMIBAL – Associação das Mulheres Indígenas do Balaio**, criada em 2002.

Na construção deste Plano, em um exercício de apresentar os históricos das comunidades moradores de Parintins, Jerusalém/Iá Mirim e Balaio e dos sítios Tukano e Rodrigo Cibele apresentaram alguns aspectos que valem ser destacados e registrados aqui.

Segundo Carlos Azevedo, Koripako, capitão de Parintins, a comunidade surgiu em 1997. *“Foi meu pai quem fundou a comunidade sendo*

---

<sup>1</sup> Estas 361 pessoas são de acordo com os formulários comunitários onde os/as presentes faziam uma estimativa de quantas pessoas moravam na comunidade. Pelo formulário do censo, que registrou ano de nascimento e etnia contando com apoio dos(as) Agentes Indígenas de Saúde, foram contabilizadas 315 pessoas.

que ele chegou em 1980 na fazenda do Walter Coimbra onde ele morou dez anos trabalhando e depois passou 10 anos no sítio Tukaniho. Depois criou a comunidade Parintins, que hoje [2019] tem 22 anos. Nossos amigos do sítio Tukano, da etnia Hupd'äh, chegaram em 2010. Nós da comunidade conversamos com eles que eles poderiam ficar onde antes eram os nossos sítios. Nossas melhorias estão avançando devido aos nossos amigos que estão ajudando-nos."

Sobre Jerusalém, ou lá Mirim, Daniel José Rezende Azevedo, Tukano, explicou que este segundo nome é o mesmo do igarapé que

corre ao lado da comunidade e que no tempo do destacamento dos militares a comunidade era chamada de Jerusalém, nome da escola atualmente. "O fundador Hermes Chagas foi o primeiro, depois veio o Benedito, pai do Silvano, nosso atual líder. Em 1992 foi reconhecida como comunidade, teve uma escola provisória e desde então chama Jerusalém. Em 1993 houve o início da construção da escola de alvenaria que foi até 1999."

Quanto à comunidade Balaio, os participantes da oficina de validação do PGTA, em outubro de 2019, elaboraram o seguinte texto:

***"A chegada da primeira família foi em 1970 pela família do senhor Pedro Veloso, e por outras famílias como as dos senhores Mario Andrade, J. Batista e Casimiro. Em 1980 foi realizada a criação da Escola indígena Municipal São Pedro, resultado da luta da senhora Guilhermina Azevedo e da Diocese Salesiana. Em 1990 o projeto Saúde Sem Limites implantou o primeiro posto de saúde, inicialmente com agentes de saúde voluntários. Algumas lideranças na década de 1980 foram, entre outros, Armando Veloso, Eugênio Marinho e Álvaro Sampaio. Em 7 de julho de 1985 foi criada a AINBAL com o objetivo principal de demarcar a Terra indígena Balaio. A homologação veio quase 25 anos depois, em 2009. Em 2002 foi criada a AMIBAL que veio a fortalecer a organização das mulheres e desenvolver formas de sustentabilidade através de artesanato e agricultura. Com as associações conseguimos vários benefícios como acesso a programas de políticas públicas como Luz para Todos e Água para Todos, a prática de uma educação escolar diferenciada e a aquisição de meios de comunicação via radiofonia e telefone."***

Finalmente, o sítio de Rodrigo de Cibele teve sua história contada pelo então capitão, Ancelmo Pimentel Meneses. O sítio foi fundado em 1986 com a chegada de três famílias sendo Sebastião Paiva de Sousa o fundador junto a sua esposa Cecília Meneses. Contribuíram também Mario Reis Meneses, Inês Pedrosa, Daniel Meneses e Antônio Sampaio. Estas pessoas vieram do rio Tiquié, chegaram em São Gabriel da Cachoeira e procuravam terras para viver e trabalhar.

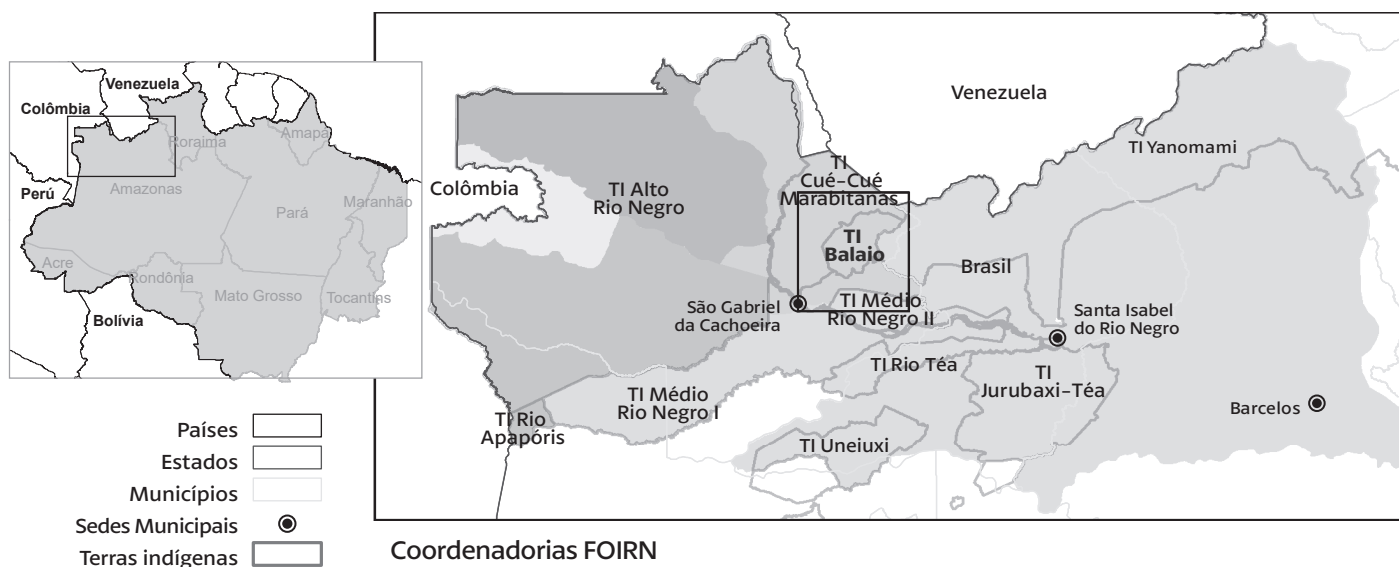
É importante frisar que apesar destes históricos se limitarem à década de 1970 a TI Balaio faz parte do sistema sociocultural e ecológico do médio e alto Rio Negro cuja ocupação dos atuais grupos indígenas remete a cerca de 3.000 anos. Além da diversidade linguística e étnica nesta região, os povos que aqui habitam realizam tradicionalmente trocas onde circulam objetos, pessoas, saberes e práticas. Algumas características deste sistema, cuja população da TI Balaio faz parte, são: o cultivo de mandioca e a agricultura de coivara; a prática da pesca e caça; a produção especializada de artesanatos e utensílios para o manejo da roça e da pesca; a maloca como referência cosmológica e espaço de sociabilidade; cerimônias e narrativas míticas comuns além de práticas xamânicas conhecidas como benzimentos; o desenvolvimento do movimento indígena através de associações; a presença de igrejas católica e protestante; redes de troca de longa distância; viagens constantes e mobilidade entre sub-regiões do Rio Negro e; organização social baseada na segmentação dos grupos étnicos em sub-grupos (clãs ou sibs) patrilineares, hierarquizados e exogâmicos. Ou seja, se a história da ocupação recente remete aos anos de 1970, este território é ocupado milenarmente por nós povos indígenas que criamos e mantemos o sistema sociocultural do Noroeste Amazônico.



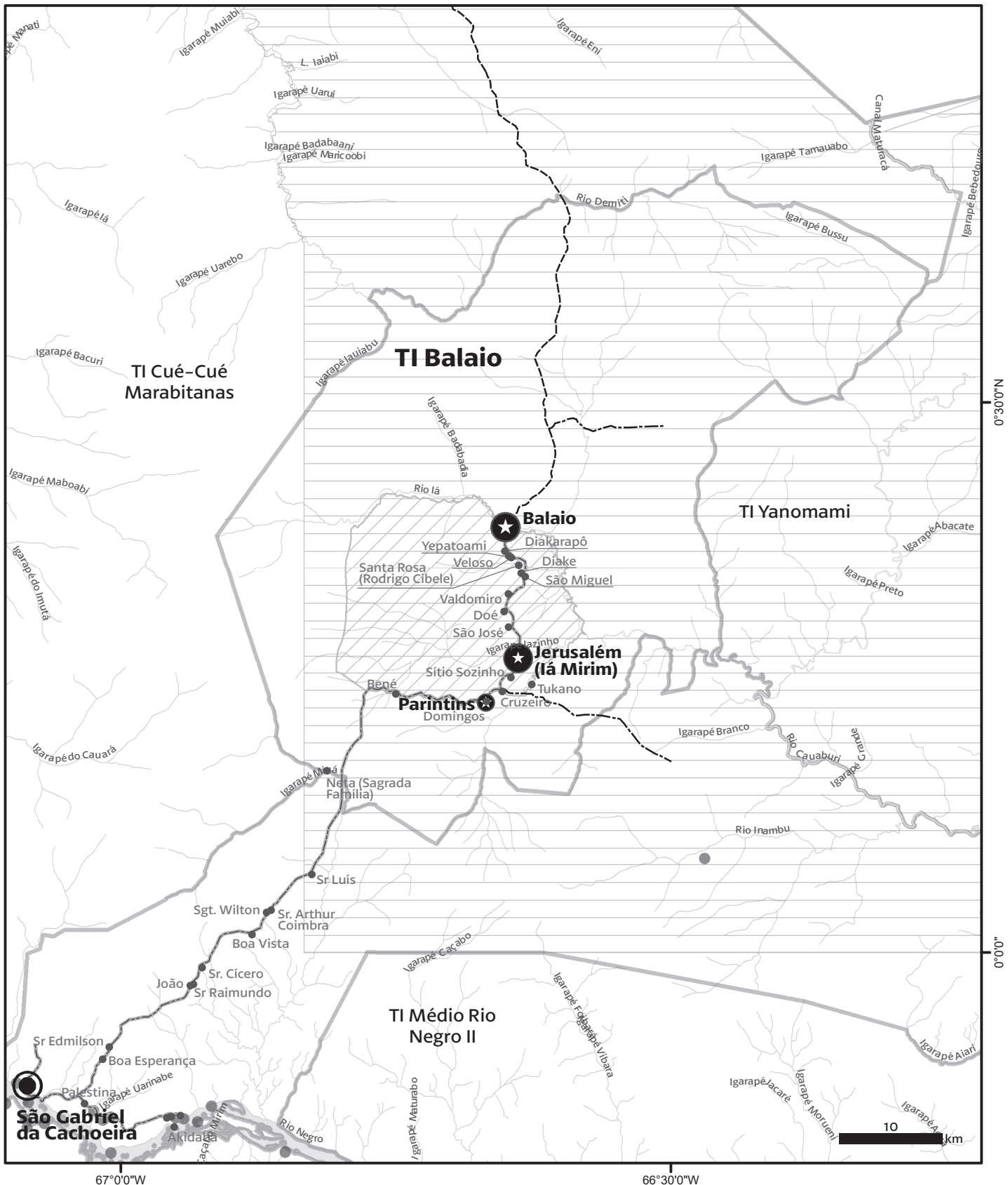


## II – Processo de construção do PGTA na região

O movimento indígena no Rio Negro tem uma notável organização e mobilização e dentro desta organização temos Associações de Base, Coordenadorias Regionais e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). A Terra Indígena Balaio contribui e fortalece esse movimento com suas Associações de Base: AINBAL e AMIBAL, faz parte da Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié, a CAIARNX e participa ativamente do Conselho Diretor e Assembleias da FOIRN.



# Terra Indígena Balaio



## Áreas Protegidas

Terras indígenas

Unidades de conservação (proteção integral)

UC Nacional

UC Estadual

## Estradas

estrada não pavimentada

estrada fechada

estrada secundária

## Sede das associações

AINBAL E AMIBAL

## Comunidades e população

sítios

99 - 235

até 40 pessoas

236 - 382

41 - 98

Sedes municipais



A elaboração deste Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) iniciou-se com uma oficina inaugural da região que aconteceu em outubro de 2015 na comunidade de Juruti (no rio Negro, na TI vizinha, Cué Cué Marabitanas). Para esta oficina foram mobilizadas cerca de 45 comunidades da região do alto rio Negro, do rio Xié e do Balaio. Participaram aproximadamente 200 pessoas. Na ocasião, os participantes decidiram se organizar em grupos de acordo com as associações locais para os próximos levantamentos

e atividades. Ou seja, na região da CAIARNX os trabalhos para a elaboração deste PGTA assim como o da TI Cué Cué Marabitanas e o da região como um todo, PGTA CAIARNX, foram organizados por grupos de trabalhos por associações de base.

Na oficina inaugural, além de aprofundar a discussão e o entendimento do que são e para quê servem os PGTAs, os participantes traçaram um panorama inicial de suas comunidades e registraram problemas e potenciais que compõem este plano. Ou seja, as ações a se-



Foto 2 – Participantes de oficina de construção do PGTA, comunidade Balaio, 2016. Renato Martelli Soares/ISA



Foto 3 – Centro comunitário na comunidade Balaio durante oficina para construção do PGTA, 2017. Renato Martelli Soares/ISA

rem realizadas internamente, entre comunidades na TI, e com participações externas, com instituições governamentais e da sociedade civil.

O passo seguinte foi o treinamento dos pesquisadores indígenas realizado em São Gabriel da Cachoeira para que conduzissem as entrevistas nas comunidades e com as famílias. Da Terra Indígena Balaio participaram lideranças de suas associações e jovens indígenas. Após o treinamento houve o amplo esforço de passar por todas as comunidades e sítios da região que gerou os dados do levantamento socioambiental para o PGTA. Este foi feito através de quatro formulários (comunitário, familiar, fotográfico e censitário) via *Open Data Kit* (ODK). Depois deste esforço, constitui-se o Grupo de Trabalho (GT) PGTA que se reuniu em três oficinas específicas. A primeira para analisar as informações do levantamento socioambiental e preparar a rodada de consultas sobre estas informações em comunidades estratégicas, que na nossa TI aconteceu na comunidade Balaio; a segunda foi a oficina na Ilha de Duraka cujo objetivo foi consolidar os resultados das consultas e promover mesas de diálogos com instituições; a terceira oficina preparou a validação da primeira versão do PGTA na assembleia regional da CAIARNX que ocorreu em setembro



Foto 4 – Participantes da etapa de validação do PGTA Balaio na comunidade de Jerusalém/Iá Mirim. Outubro 2019. Eliezer Sarmiento/FOIRN



de 2018 na comunidade Juruti. Esta assembleia também indicou os representantes para apresentar o PGTA da região à assembleia geral da FOIRN em 2018. Em outubro de 2019 participantes de todas as comunidades da Terra Indígena Balaio participaram de uma etapa final de validação deste PGTA para apontar prioridades e rever as informações reunidas e apresentadas aqui, esta etapa aconteceu na comunidade de Jerusalém (Iá Mirim).

Ou seja, esta Terra Indígena seguiu os passos de elaboração dos PGTAs do médio e alto Rio Negro com momentos de maior concentração – como a oficina inaugural e assembleia em Juruti e as consultas – e de momentos comunitários como o levantamento socioambiental, de conversas entre comunidade com representantes de instituições e os momentos de análise de informações e conciliação de agendas em São Gabriel da Cachoeira.

A construção dos PGTAs é fruto de uma ação coletiva na qual as comunidades, lideranças, instituições e todos que participaram são atores centrais. No entanto, a fim de registrar a presença nestas etapas de concentração e planejamento é importante destacar a atuação das lideranças da AINBAL, AMIBAL, da CAIARNX e do DAJIRN/FOIRN (Departamento de Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro).

**Imaginamos que o PGTA seja um meio de fortalecer as políticas públicas de acordo com os costumes, crenças, tradições e manejos dos povos indígenas. Com o desenvolvimento da gestão territorial podemos estabelecer com mais segurança, consciência e liberdade nosso manejo dos recursos naturais para nossa sobrevivência, das futuras gerações e do território.**





## III – Resultados das entrevistas e levantamento socioambiental

Na Terra Indígena Balaio os pesquisadores indígenas que realizaram as entrevistas no levantamento socioambiental foram Adelina de Assis Sampaio e Gabriel Ribeiro dos Santos, ambos da TI, e na rodada de revisão dos dados houve a colaboração de Eucimar dos Santos Aires e João da Silva pesquisadores das regiões do médio Rio Negro e do Içana respectivamente. Todos participaram do treinamento na Casa do Saber da FOIRN em agosto de 2016 articularam com lideranças, principalmente capitães das comunidades, para convocar a população das comunidades com antecedência o que garantiu maior participação. Nesta seção estão descritos os resultados das entrevistas feitas coletivamente com cada comunidade ou sítio e das entrevistas realizadas com cada família.

### Entrevistas com os moradores das comunidades

Os dados gerais da TI apontam três comunidades: Balaio, Iá Mirim e Parintins; e cinco sítios: Poranga, Rodrigo Cibele (São Miguel), Sozinho, Miuá e Tukano. Esses 8 locais foram onde os questionários foram aplicados e não esgota a totalidade de número de sítios uma vez que há sítios ou roças que são locais de trabalho ou moradas temporárias que não estão contabilizados por este total. O levantamento socioambiental FOIRN e ISA, 2017/18, via seus formulários comunitários, apurou um total de **71 famílias e 361 residentes** na Terra Indígena Balaio.

## **Migração e mobilidade**

Sobre migração, o levantamento apontou que nos últimos dois anos 11 famílias mudaram *para as* (chegaram nas) comunidades da Terra Indígena Balaio. Isto indica um movimento na própria região e sugere que a migração não é somente de êxodo aos centros urbanos. Quanto ao número de famílias que se mudaram *das* comunidades da TI Balaio nesse período de dois anos, foram contabilizadas 16 famílias. A maior parte dessas pessoas se mudou para o centro urbano de São Gabriel da Cachoeira. Apesar das razões de migração muitas vezes combinarem uma série de fatores, os dois principais motivos apurados no levantamento foram acesso à educação escolar e busca por oportunidades de geração de renda. Os participantes dos momentos de revisão destes dados apontaram ainda para o motivo do acesso e mobilidade ruim via BR-307 que tem um alto custo do transporte entre a Terra Indígena e o centro urbano e oferece riscos para os passageiros. Nenhum caso de migração foi respondido como sendo devido à escassez de recursos ou a conflitos. No entanto, em uma etapa de consulta do PGTA que buscou revisar os dados do levantamento, realizada na comunidade do Balaio em março de 2017, as pessoas afirmaram que havia famílias que deixaram a comunidade por terem suas roças devoradas por bandos de queixadas. É importante considerar o movimento, de idas e vindas das famílias entre cidade e comunidades, ou seja a mudança para a cidade ou para outra comunidade não deve necessariamente ser considerada como definitiva. Muitas famílias daqui, por exemplo, orientam os jovens que estudam na cidade a retornarem para suas comunidades de origem.

## **Religião, rituais e benzedores**

De acordo com o levantamento, a maioria das famílias é católica, 67, enquanto 4 são evangélicas. É importante notar que estas religiões, apesar de originadas em contextos não indígenas, fazem parte do modo de vida e rotina das famílias indígenas através de traduções locais, da realização de eventos como festas de santo ou ceias evangélicas e da convivência com conhecimentos dos antigos, de benzedores e com a realização de rituais.

O levantamento registrou que 2 comunidades possuem benzedores. No total, apurou-se que há 7 pessoas na Terra Indígena com estes importantes conhecimentos e práticas. Benzedores, junto com parteiras e uso de remédios tradicionais são essenciais para a boa saúde. É importante notar que há diferentes categorias de benzedores e conhecedores(as) e que neste levantamento foram todos somados.

O levantamento indicou que na região há desde festas e danças tradicionais como dabucuri, mauaku, cariçu, yapurutu, até as mais recentes como festas juninas, festas de santo, jogos esportivos indígenas e celebração de feriados nacionais. As festas tradicionais, entre outras funções, mantêm a memória da cultura viva, realizam troca de benzimentos e de alimentos, mobilizam as comunidades, preparam roças e oferecem proteção.

## **Escola Formal**

Quanto à educação escolar, o levantamento apontou que há 3 escolas que funcionam nas comunidades, ou seja, todas as comunidades na TI possuem as próprias escolas, construídas pelo governo. Se a oferta de ensino escolar nas comunidades é expressiva há problemas referentes ao transporte, qualidade de ensino, alimentação escolar, manutenção das estruturas e continuidade dos estudos.

Um destes problemas é que não há Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas (PPPIs), ferramenta central da escola para estabelecer suas diretrizes e metodologias, elaborados nas escolas e comunidades, a

partir de suas realidades e expectativas. Das 3 escolas, uma está elaborando o plano.

As escolas na TI não têm o ensino médio, mas na época do levantamento, em 2017, havia 15 alunos que através do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) estavam matriculados no nível médio de ensino. No entanto, mesmo com a oferta limitada, há 63 alunos contabilizados que estudam no ensino fundamental I e II.

Sobre um tema que envolve escola, segurança alimentar e sistema agrícola do rio Negro, a merenda regionalizada, o levantamento apontou que 1 escola da região chegou a acessar este programa. No entanto, a experiência não está ativa e ocorreu entre 2002 e 2011.

Sobre o ensino superior, houve somente um registro de pessoa da TI cursando-o, no curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Há, no entanto, 7 registros de pessoas já formadas nos seguintes cursos: Letras, Sociologia; Tecnologia em Produção Pesqueira; Matemática e; Pedagogia. As universidades foram Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Estadual do Amazonas (UEA). A maioria de graduados trabalha para instituições de ensino da região, escolas e secretarias de educação. No entanto, nas oficinas do GT para elaboração dos PGTAs foi apontado que apesar de haver mais pessoas formadas em ensino superior, se observa que isso não significa melhoria imediata na qualidade de ensino escolar oferecido visto que são necessárias uma série de medidas coordenadas para tal melhoria.

## Comunicação, Energia e Água Potável

O levantamento indicou que há **apenas uma estação de radiofonia funcionando na comunidade do Balaio** e dois orelhões, um nesta comunidade e outro em Jerusalém (lá Mirim). A comunidade de Parintins e os sítios não possuem estes meios de comunicação que em grande parte da região do alto e médio Rio Negro são as únicas formas de se comunicar com outras comunidades e instituições responsáveis pela saúde e educação.

Na questão da energia, não há geradores à diesel de uso comum. Foram registrados 23 geradores de uso familiar. Isso mesmo com o fornecimento de energia pela Companhia Energética do Amazonas (CEAM) que chega a 5 locais. Apesar de existir a linha de transmissão, por falta de manutenção e problemas para fazer a energia chegar as comunidades da TI Balaio recorrem aos geradores particulares. Pela falta de manutenção da estrada, árvores crescem e caem em meio aos fios.

Sobre água potável, o maior consumo é via coleta da chuva, caso de 5 comunidades e sítios. Na sequência há 3 locais que consomem água do rio e um registro de consumo de água de um poço comum (sítio Tukano).

## Manejo do Lixo

Outro tema abordado no levantamento foi o lixo. Na TI, a comunidade Parintins afirmou que o acúmulo de lixo é um problema.

Sobre pilhas e baterias, a maioria dos locais (5) não possui destino organizado para as pilhas e baterias, lixo com alto potencial tóxico. Sobre o plástico, 7 locais queimam os resíduos, prática também com riscos à saúde. Para o destino das latarias, o mais comum, 4 casos, é não haver destino organizado, e em três locais, as latarias são queimadas. Finalmente, todas as 8 comunidades e sítios, afirmaram queimar o lixo de papel.

O GT da CAIARNX apontou a necessidade de apurar melhor os locais e práticas de descarte de lixo, registrando-os em fotos e **incentivando o debate sobre o destino do lixo nas comunidades**. Para esta Terra Indígena, a coleta de lixo com transporte específico foi uma das propostas imediatas. O que nos leva de volta à questão da situação precária da estrada.

## Saúde

Quanto ao atendimento de saúde nas comunidades, o levantamento aponta que 2 comunidades o consideram regular e uma avalia que é ruim. A frequência de atendimento nas comunidades foi registrada com 3 visitas por enfermeiros(as), 1 por médico(a) no Balaio e Parintins, tendo Jerusalém (lá Mirim) 2 atendimentos, e 1 por dentistas nos últimos 12 meses da data do levantamento.

O levantamento registrou que nos dois últimos anos houve 3 casos de mordida de cobra, 2 casos de microfilária e 3 acidentes (quedas, afogamentos etc) na Terra Indígena. Há também o alto registro de casos de malária, 28 no total. No entanto é necessário atentar que há casos em que comunidades

com muita incidência desta doença não souberam informar a quantidade exata de casos, que se registrados, aumentariam ainda mais este número.

Quanto aos/às Agentes Indígenas de Saúde (AIS), há 2 que vivem nas próprias comunidades. Na região das TIs do Rio Negro estes agentes foram formados em uma iniciativa conjunta entre FOIRN e FIOCRUZ que buscam e continuam buscando o apoio das instituições oficialmente responsáveis pela saúde indígena (DSEI-ARN e SESAI) além de realizar parcerias com as secretarias estadual e municipal de educação para estabelecer uma formação continuada e de qualidade para os/as agentes. Essa iniciativa de formação é uma reivindicação de longa data do movimento indígena e caminha em conjunto com a luta pelos direitos indígenas.

Sobre o consumo de bebida alcoólica o levantamento indicou quatro possibilidades que partiram de duas questões, se a bebida é um problema na comunidade e se há regras ou restrições da comunidade para seu comércio. Duas comunidades possuem regras e uma delas enfrenta problemas com bebida alcoólica. A outra comunidade não possui regras e registrou ter problemas com o consumo de bebida.

## **Benefícios Sociais**

Um tema crescente no cotidiano da região é o acesso a benefícios sociais e a monetarização na TI. O levantamento contabilizou que há 14 pessoas assalariadas. Já a aposentadoria é recebida por 12 homens e 16 mulheres. Quanto às mulheres que receberam salário

maternidade, nos últimos doze meses foram registradas 8. Já o Bolsa Família é acessado por 25 famílias da Terra Indígena, cerca de 35%.

## **Governança e movimento indígena**

Sobre as associações indígenas, a comunidade do Balaio é fundadora e sede da AINBAL e AMIBAL e estas são importantes agentes de representação e mobilização na Terra Indígena. No entanto, as comunidades de lá Mirim e Parintins afirmaram que falta disponibilidade para realizar mais iniciativas que envolvam todas as comunidades. A dificuldade que a comunidade do Balaio elencou foi realizar a gestão de recursos. Como medida para não inviabilizar ou gerar dívidas para AMIBAL e AINBAL, ambas associações não possuem CNPJ. Este Cadastro é requerido para gerir recursos, mas para abri-lo é necessário que haja formação dos gestores e transições entre diretorias que repassem todos documentos e procedimentos necessários para se manter o Cadastro. Durante a etapa de consulta sobre o levantamento no Balaio, em 2017 os presentes disseram que as dificuldades para as associações são interligadas a outros fatores como falta de estrutura e conflitos. O GT PGTA registrou que na TI Balaio as associações já realizaram iniciativas produtivas – sobretudo de produtos da roça, artesanato, piscicultura, avicultura e de extrativismo; ações de valorização dos conhecimentos indígenas – como oficinas de medicina tradicional, revitalização e registro das línguas indígenas, fortalecimento de



escolas indígenas e; manejo ambiental.

## Entrevistas com as famílias

No levantamento socioambiental como um todo, realizado em nove Terras Indígenas do alto e médio Rio Negro, **3.638 famílias foram entrevistadas**. Destas, **38 residem na TI Balaio**. A entrevista com as famílias foi direcionada às atividades de produção e segurança alimentar: pesca, caça, roça, extrativismo, venda de produtos, consumo de itens industrializados, permanência no centro urbano e impactos do programa Bolsa Família.

O registro indica que a grande maioria das famílias pesca, das 38 famílias entrevistadas 35 afirmaram que o pescado é suficiente para a alimentação da família. No entanto, o GT-PGTA da CAIARNX aponta que há regiões onde o pescado é de acesso mais difícil, ou seja, a distribuição daqueles que julgam a pesca como suficiente é desigual. O GT indica também que muitas vezes a pergunta sobre se a pesca é suficiente pode significar e implicar diferentes questões. Desde uma qualificação do entrevistado como bom pescador e provedor da família, o que pode levar as pessoas a responderem sim, até a consideração de suficiente como fartura ou que nunca falta, o que não corresponde com a realidade.

Sobre o tamanho do peixe, 15 famílias afirmaram que nos últimos cinco anos os peixes diminuíram de tamanho e todas que pescam (35) disseram que a quantidade de peixe também diminuiu. Em uma pergunta sobre se o peixe estava mais arisco, 34 confirmaram essa característica. Outro fator levantado foi que

14 famílias não vendem a pesca, enquanto 21 vendem pescado. No entanto, na maior parte das respostas, a venda é classificada como ocorrendo de vez em quando (13) e raramente (8). É consenso na região de que **o peixe está diminuindo, tanto em tamanho como em quantidade**, além do levantamento registrar, as famílias entrevistadas na sub-região têm essa percepção e o grupo de trabalho e as conferências inaugurais a confirmam.

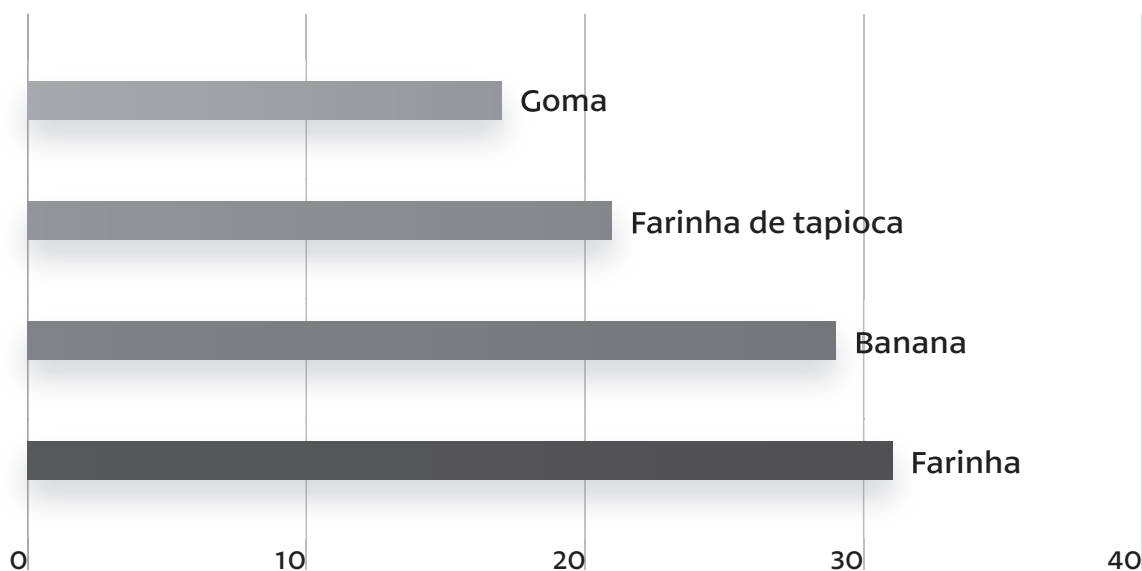
Sobre a caça, em uma pergunta acerca do que a família havia caçado no último mês, as três respostas mais comuns foram, respectivamente: queixadas com 23 registros; pacas em 21; e cotias em 12 famílias.

Ter uma roça é outro item que aparece como predominante entre as famílias entrevistadas. Das 38 famílias que participaram das entrevistas, 37 afirmaram possuírem roça. Ao contrário da pesca, os produtos da roça são vendidos pela maioria, 35 famílias afirmaram comercializar produtos da roça. A farinha de maniva (mandioca brava) aparece para 31 famílias como produto mais vendido. Seguindo o resultado do levantamento, 29 famílias apontaram que vendem banana, 21 farinha de tapioca e 17 goma.

A entrevista perguntava às famílias também sobre trabalho com produtos extrativistas, mas somente 1 família entrevistada da Terra Indígena Balaio afirmou vende-los.

Quanto ao consumo de materiais industrializados, o levantamento apurou quais itens básicos as famílias consomem. O açúcar foi mencionado por 33 famílias, o café por 32 e o sabão e o arroz aparecem em 26 registros. Finalmente, o sal é elencado como item de consumo em 25 famílias e o combustível,

### Itens mais comercializados pelas famílias da TI Balaio



Quatro produtos da roça mais comercializados e número de famílias que os vendem

em sua maior parte gasolina, figura em 22 respostas.

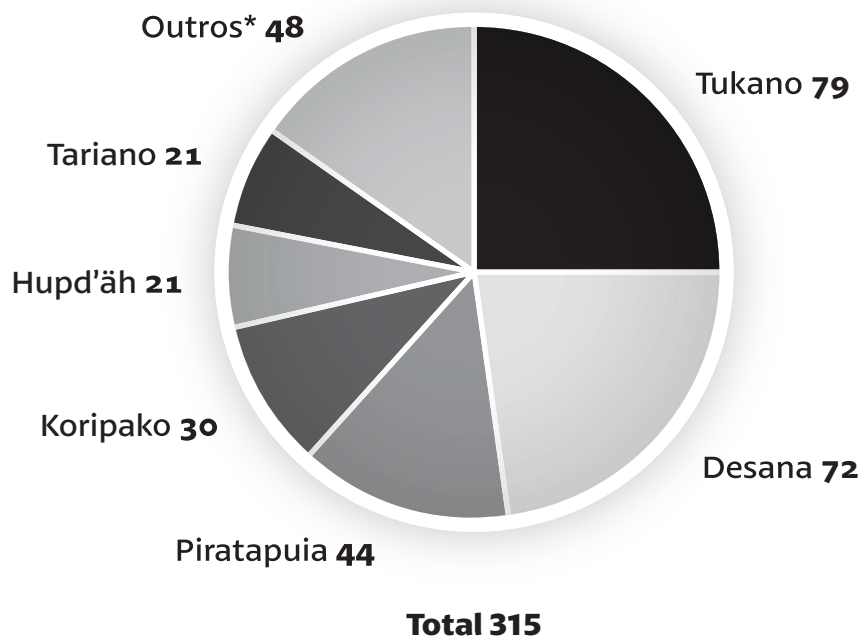
Na avaliação das famílias sobre alimentação, a maioria, 36 famílias, respondeu que considera ter uma alimentação boa, uma disse ser razoável e uma família não respondeu à questão.

Como vimos pelos resultados das entrevistas coletivas, nesta Terra Indígena cerca de 25 famílias recebem bolsa família. As principais mudanças após a chegada deste benefício apontadas pelas famílias entrevistadas foram o melhor apoio aos filhos em idade escolar, com 19 registros, e maior facilidade na compra de itens básicos de alimentação, com 18 respostas. Para receber o benefício 13 famílias viajam à cidade a cada dois ou três meses e 7 famílias viajam todo mês para a cidade.

## Censo populacional da Terra Indígena Balaio

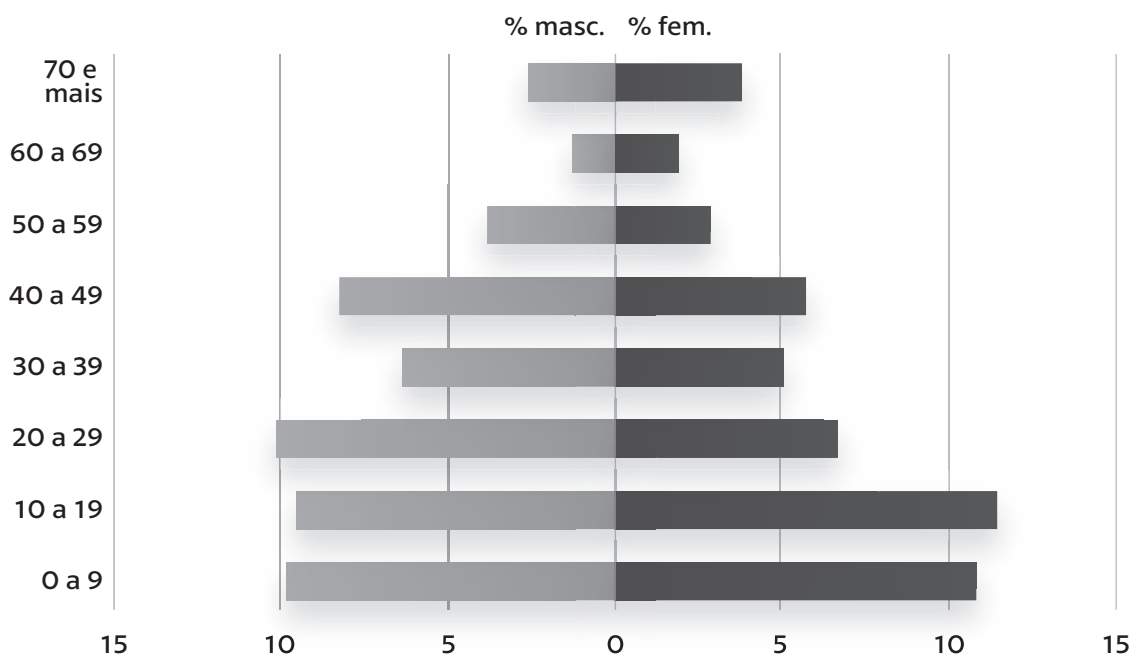
Ao total, **315 pessoas** foram registradas na Terra Indígena Balaio pelos formulários de censo do levantamento socioambiental. 163 do gênero masculino e 152 do gênero feminino. As etnias mais numerosas são **Tukano e Desana**.

### Etnias da TI Balaio / Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA 2017



\*Outros: 1 Arapaso, 4 Baniwa, 9 Baré, 2 Karapanã, 1 Kotiria, 8 Kubeo, 8 Mirititapuia, 3 Caboclos, 12 Tuyuka.

### Perfil etário Terra Indígena Balaio





## **IV – Propostas e demandas para gestão territorial da Terra Indígena Balaio**

Os problemas ou potencialidades, propostas e responsáveis apresentados nas tabelas abaixo foram levantados e discutidos pelas associações e comunidades da Terra Indígena Balaio ao longo das etapas da elaboração do Plano de Gestão. Estas etapas estão descritas acima, mas são resumidamente: a oficina inaugural de 2015, a etapa de levantamento socioambiental e a de checagem dos dados em 2017, a consulta sobre os dados em 2018, as oficinas do Grupo de Trabalho (GT) PGTA entre 2017 e 2018, a assembleia regional da Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX) em 2018 e a oficina de validação em 2019.

No total são oito temas que reúnem nossas prioridades para a gestão territorial da Terra Indígena Balaio. Para cada um dos temas, tabelas resumidas apresentam a discussão sobre demandas e expectativas. A maior parte das propostas devem ser planejadas e executadas de forma articulada e participativa, otimizando recursos financeiros e humanos entre responsáveis e agendas de execução.

1. Território, governança e direitos indígenas
2. Proteção e fiscalização territorial
3. Educação escolar indígena
4. Saúde indígena
5. Infraestrutura, comunicação, lixo e saneamento
6. Manejo e iniciativas produtivas
7. Cultura e salvaguarda de patrimônio socioambiental
8. Mulheres e jovens



# 1) Território, governança e direitos indígenas

*Que seja respeitada a autonomia e a ocupação histórica dos povos que vivem em TIs com sobreposição ao Parque e à Reserva*

<b>Problemas/ Potencialidades</b>	<b>Propostas</b>	<b>Responsáveis</b>
<b><i>Garantir a autonomia e decisão dos povos indígenas sobre o próprio território</i></b>	Envolver as instâncias de governança indígena na tomada de decisões: lideranças, associações, comunidades, Coordenadorias Regionais e FOIRN	AINBAL, AMIBAL, Comunidades, FOIRN, Funai e Instituições responsáveis por iniciativas em TIs
<b><i>Cumprimento dos direitos das populações indígenas. Garantia de participação indígena nas políticas públicas governamentais</i></b>	Que os direitos assegurados via Constituição Federal sejam efetivos, plenos e que não sofram retrocessos Garantir demarcação de TIs e sua gestão Criar, manter e aprimorar instâncias de participação indígena nas agências governamentais	Podereis Judiciário, Legislativo e Executivo do Brasil, FOIRN, Funai, CAIARNX, AINBAL e AMIBAL
<b><i>Realização de parcerias com participação dos povos indígenas e seus representantes de maneira conjunta, envolvendo consulta, planejamento e execução</i></b>	Projetos com propósitos e metodologia esclarecidos, consentidos e construídos de forma participativa com povos indígenas Garantir o direito à consulta prévia e seguir protocolo de consulta dos povos indígenas do Rio Negro	Comunidades, AINBAL e AMIBAL, Associações de Base da CAIARNX, FOIRN e Instituições com propósito de atuar nas Terras Indígenas

---

**Sobreposição entre TIs e Parque Nacional ou Reserva Biológica**

Tornar essa característica como uma dupla proteção ao território e às populações e não como proibições na gestão indígena do território

Respeitar sempre o direito à consulta livre, prévia e informada e o protocolo de consulta dos povos indígenas

Plano de manejo do Parque Pico da Neblina em diálogo e respeitando as propostas dos PGTA's do Rio Negro, especialmente o da TI Balaio

Aumentar participação indígena nos espaços de tomada de decisão das Unidades de Conservação

Que seja respeitada a autonomia e a ocupação histórica dos povos que vivem em TIs com sobreposição ao Parque e à Reserva

Ponto de divergência: circulação sobre informações que focam nas proibições em Unidades de Conservação e nada dizem sobre proteção e garantia de direitos. Estas informações são falsas e culpam a Unidade de Conservação e a política ambientalista pela falta de iniciativas e de políticas públicas efetivas no território o que não é verdadeiro e não considera todos os fatores envolvidos

AINBAL, AMIBAL, CAIARNX, Associações de Base da CAIARNX, Funai, ICMBio, ISA, Ministério Público Federal

---

**Fortalecimento das associações indígenas de base (AINBAL e AMIBAL) e Coordenadoria Regional CAIARNX-FOIRN**

Manter diagnóstico atualizado com descrição dos objetivos, situação jurídica e propostas de atuação sobre as Associações de Base

Oficinas de formação política e em gestão administrativa para associações

Articulação e mobilização na região para garantir participação e representação das comunidades nas associações. Discussões entre comunidades sobre áreas de representação das Associações de Base

Elaboração de projetos próprios das associações

Discussões sobre necessidade de CNPJ para as associações e seus requerimentos e exigências

AINBAL, AMIBAL, CAIARNX, Comunidades, FOIRN, ISA e Funai

---

**Divulgação dos direitos indígenas**

Elaborar material sobre direitos indígenas para uso das escolas indígenas

Formação de lideranças das Associações de Base sobre direitos indígenas

Fortalecer a rede de comunicadores indígenas do Rio Negro, com participação de comunicadores nas agendas da CAIARNX e ampliação da rede com comunicadores da TI Balaio

FOIRN, Funai, ISA, SEMED-SGC, SEDUC-AM, MEC e Parceiros Institucionais

**Motivar conselhos de anciões nas instâncias de governança existentes (movimento indígena e conselhos de políticas governamentais)**

Valorização dos anciões e das anciãs

Criar condições para participação de conhecedores(as). Convites especializados e direcionados, prever formas de contribuição (troca ou remuneração). Elaborar projetos que prevejam remuneração

Intercâmbio entre conhecedores para compartilhar experiências de trabalhos nos rios Tiquié e Uaupés

Consultar conhecedores, registrar e considerar suas sugestões na elaboração e execução de ações

AINBAL, AMIBAL, CAIARNX, Comunidades, Conhecedores e FOIRN

**Organizar migração entre os países vizinhos (Colômbia e Venezuela)**

Evitar trabalho ilegal e exploração dos migrantes

Planejar permanência dos migrantes (acesso a educação e saúde)

Estabelecer pontos de controle e cadastro de migração nas fronteiras

Abrir espaços de discussão sobre políticas que considerem os povos indígenas, mobilidade e fluxos de migração entre fronteiras nacionais

Polícia Federal e Polícia Federal Rodoviária, Ministério das Relações Exteriores, Exército Brasileiro. Participação das Associações de Base e Comunidades, ICMBio, Funai, FOIRN





## 2) Proteção e fiscalização territorial

<b>Problemas/ Potencialidades</b>	<b>Propostas</b>	<b>Responsáveis</b>
<i>Postos permanentes de fiscalização e atendimento à população estruturados e com equipe</i>	<p>Estabelecer e fortalecer equipe e equipamentos básicos em pontos estratégicos de fiscalização na BR 307</p> <p>Fortalecimento da CTL para acompanhar ações de fiscalização. Capacitar pessoas para fazer as fiscalizações junto ao coordenador da CTL</p>	Exército Brasileiro, Polícia Rodoviária, ICMBio, Funai, participação das Comunidades
<i>Diálogo entre comunidades, Exército Brasileiro, ICMBio e Ministério do Meio Ambiente</i>	<p>Realizar encontros para discutir termo de convivência entre Exército e comunidades</p> <p>Cumprir regras e prestar informações das abordagens feitas pelo Exército (ex: registro de imagens e apreensão de caças, materiais de insumo e construção ou animais de estimação)</p>	AINBAL, AMIBAL, Exército Brasileiro, ICMBio, MMA, Funai (CTL) e FOIRN com Coordenadorias Regionais
<i>Fortalecer a figura de agentes indígenas de proteção e manejo florestal</i>	<p>Realizar formação dos agentes ambientais e florestais via parcerias institucionais</p> <p>Garantir condições (transporte, equipamento, alimentação e ajuda de custo) para atuação dos agentes</p>	Funai e ICMBio com apoio da FOIRN, de associações indígenas de outras regiões e ISA. Apoio do Exército Brasileiro

***Elaborar acordos de convivência e acordos comuns para o uso de recursos, território e convivência***

Fortalecer os direitos, o usufruto e o manejo dos povos indígenas da Terra Indígena Balaio

Plaqueamento para reforçar os limites físicos, instalar e fazer manutenção de marcos e placas

Fortalecimento das lideranças e clareza de suas funções de representação

Construção e definição de regras de acesso e uso na TI

Definição de zonas a serem preservadas e manejadas por meio de um mapeamento e zoneamento participativo

Etnomapeamento da região, de comunidades e sítios

Mediação de conflitos

Que os acordos entre as comunidades, associações e lideranças sejam respeitados e reconhecidos como instrumentos de gestão

Debates e acordos sobre migração dentro das TIs

AINBAL, AMIBAL, CAIARNX, Comunidades, FOIRN, ICMBio, Funai, ISA





### 3) Educação escolar indígena

<b>Problemas/ Potencialidades</b>	<b>Propostas</b>	<b>Responsáveis</b>
<i>Que a história dos povos indígenas do Rio Negro seja considerada como disciplina e parte da educação dos mais jovens. Que cultura e identidade dos povos indígenas sejam tema na educação</i>	<p>Participação de conhecedores(as) na educação escolar, com remuneração</p> <p>Inclusão de saberes e práticas indígenas em disciplinas escolares</p> <p>Fortalecer os departamentos de educação indígena nas instituições de ensino</p>	Escolas indígenas, FOIRN, MEC, SEDUC-AM, SEMED-SGC
<i>Elaborar material de formação que considere os conhecimentos indígenas e não indígenas e estruturar bibliotecas nas escolas indígenas</i>	<p>Estabelecer grupos de trabalho nas comunidades reunindo conhecedores(as), lideranças, secretarias de ensino e pesquisadores</p> <p>As escolas na TI Balaio não possuem biblioteca, precisam ser criadas, treinar pessoas para organizá-la e mantê-la</p>	Associações de Escolas indígenas, conhecedores (as), FOIRN, Funai, ISA, MEC, Professores, SEMED-SGC, Universidades
<i>Estabelecer momentos para discutir oportunidades após formação escolar</i> <i>Falta de cursos profissionalizantes</i> <i>Falta de oportunidade aos formandos</i>	<p>Estabelecer junto com as comunidades possibilidades de atuação para os formandos na região</p> <p>Direcionar formação para áreas de atuação de interesse das comunidades</p> <p>Prover cursos profissionalizantes em áreas que interessam as comunidades como comercialização de artesanatos e produtos da roça, criação de animais e etc</p>	Comunitários, professores e escolas de ensino médio e superior, MEC, SEDUC-AM, SEMEC-SGC, Institutos de ensino, UEA, UFAM, CETAM, IFAM

***Escolas consideradas anexo devem seguir currículo da escola matriz, tirando autonomia da escola local***

Possibilitar que escolas anexas tenham autonomia de planejamento e execução

Que professores (as) das escolas anexas participem dos encontros pedagógicos da escola matriz e que tenham acompanhamento técnico. Para encontros pedagógicos é necessário assessoria pedagógica

Associações de Escolas, MEC, SEMEC-SGC, SEDUC-AM com apoio da FOIRN e Associações

***Condições de infraestrutura da maioria das escolas são precárias***

Consultar comunidades sobre modelo ideal para construção das escolas

Otimizar recursos locais (matérias primas) para construção

Construir as escolas

Reivindicar a construção de escolas (construir outra estrutura física da escola municipal nas comunidades do Balaio, lá mirim e Parintins)

Não relacionar a escolha de construção da escola a relações políticas entre atual gestão da prefeitura e certas comunidades ou lideranças. Consultar as comunidades

Construir ou acordar com a comunidade um espaço de moradia para professores

Comunidades, Associações das Escolas e de Base, FOIRN, MEC, SEMED-SGC, SEDUC-AM

***Escolas multiseriadas nas comunidades e falta de professores(as) para disciplinas específicas***

Garantir professores(as) qualificados que recebam formação continuada e especializada

Planejar carga horária e currículo considerando diferentes níveis de alunos

MEC, SEDUC-AM, SEMED-SGC, Professores(as), Associações da sede, apoio: FOIRN, ISA e Funai

<p><b>Elaboração e aprovação dos PPPIs</b></p> <p><b>As comunidades muitas vezes não conhecem os modelos e propósitos dos PPPIs</b></p> <p><b>Exigências/modelos do PPPI não são consensuais entre escolas, secretarias e comunidades</b></p> <p><b>Que os PPPIs considerem planejamento e formação para a educação intercultural que deve ser incorporada com metodologias e conteúdos de ensino próprios</b></p>	<p>Que os PPPIs considerem que o ensino é para gerir nossas vidas, para gerir nossas terras e não só como instrumento da escola</p> <p>Estabelecer um modelo de PPPI em acordo comum entre docentes, comunidades e secretarias de ensino</p> <p>Apoiar a elaboração, aprovação e revisão dos PPPIs elaborados</p> <p>Informação para as comunidades saberem em qual etapa estão os PPPIs. Detalhar e comunicar situação dos PPPIs</p> <p>Falta acompanhamento qualificado para elaboração e implementação dos PPPIs. (apoio pedagógicos)</p> <p>Os PGTAs podem apoiar no entendimento de itens importantes para os PPPIs como valorização cultural, segurança alimentar e sustentabilidade econômica</p> <p>Realizar debates sobre um PPPI geral da região para guiar os Projetos das comunidades. T.I Balaio exige que sejam realizados debates sobre um PPPI com as escolas anexas</p>	<p>Associações de Escolas, Comunidade escolar, Conhecedores (as), FOIRN, Funai, IDAM, ICMBio, ISA, MEC, Professores, SEDUC-AM, SEMED-SGC com apoio da FOIRN</p>
--	--	---

---

***O calendário da SEMED-SGC para as comunidades não segue um padrão constante.***

***Calendário da SEMED não acata a demanda das comunidades***

Estabelecer padrão em conjunto com comunidades respeitando calendários e metodologias criadas a partir de experiências escolares nas comunidades

Associações de Escola, Comunidades, SEMED-SGC e FOIRN

---

***Educação de Jovens e Adultos, falta professores com formação específica***

***Horários e calendários não são favoráveis aos jovens e principalmente adultos mais velhos***

Estabelecer programa de formação para lecionar no EJA

Criar calendário e estabelecer horários inclusivos

SEDUC-AM e SEMED-SGC, Escola, FOIRN e AINBAL e AMIBAL

---

***Merenda regionalizada reforça a ligação entre escola e comunidade que ganham autonomia (menos dependência das Secretarias), aumenta o poder de compra da comunidade para itens escolares como material didático, reduz a produção de lixo e aumenta a qualidade nutricional da merenda***

Organização e realização de compras dos produtores(as)

Planejamento das compras. Quantidade deve ser calculada para o ano letivo todo

Em vendas coletivas, discussão e planejamento com critérios para o gasto dos recursos da venda da merenda

O responsável pela compra precisa ter relação com a escola

Valorização dos alimentos tradicionais na merenda escolar

Agricultores, Associações de Escolas, Comunitários, AINBAL, AMIBAL, MEC, IDAM, PNAE, SEDUC-AM, SEMED-SGC

---

**Falta presença da equipe técnica das Secretarias de Educação nas comunidades**

Pedagogos e APIs (Assessor Pedagógico Indígena) devem trabalhar juntos com as comunidades

Deve haver no mínimo dois encontros da comunidade com as equipes por ano

A TI Balaio exige plano de trabalho e visita dos APIs pedagogos

Comunidades precisam ser apresentadas aos APIs e ter comunicação direta.

APIs, Comunidades e Professores(as), SEMED-SGC, SEDUC-AM, AINBAL e AMIBAL e FOIRN

---

**Escolas com conteúdo pouco interessante e com pouca afinidade com a realidade das comunidades**

Incentivar intercâmbios entre escolas piloto e escolas da região da CAIARNX

Inserir metodologia de ensino via pesquisa nos PPPs

Garantir que as práticas tenham planejamento e metodologia de ensino

Estabelecer um modelo de escola que combine moradia e recursos para alimentação dos alunos (roças, criadouros de animais)

Comunidades, Escolas, Professores (as), SEDUC-AM, SEMED-SGC com apoio da FOIRN e do ISA, AINBAL e AMIBAL

---

**Falta de transporte escolar**

**A distribuição do combustível para o transporte escolar não é bem organizada com os Agentes Pedagógicos Indígenas**

**Falta coordenação entre SEMED e SEDUC para otimizar recursos de combustível**

Adquirir meios de transporte para escolas

Organizar para que a distribuição do combustível chegue às comunidades e às famílias que necessitam se locomover para atender à escola

Aumentar o diálogo de planejamento entre SEMED e SEDUC

APIs, Escolas, SEDUC-AM e SEMED-SGC, FOIRN, AINBAL E AMIBAL

---

**Manutenção de internet nas escolas (escola estadual da comunidade Balaio)**

**Instalação de novos pontos de acesso à internet nas escolas**

Garantir acesso à internet aos estudantes e professores

Abrir acesso à informação, realizar pesquisa, buscar oportunidades de formação e trabalho. Garantir comunicação

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, SEDUC-AM, SEMED-SGC

---

**Discutir contrato de longo prazo com professores. Falta de planejamento para a contratação no efetivo de professores qualificados**

Regularizar e cumprir contrato de professores

Estabelecer critérios de qualificação dos docentes para seleção

Manter programa de formação continuada dos professores

Discutir processo de seleção dos professores com comunidade escolar

SEDUC-AM e SEMED-SGC, Associações de Escolas e Professores (as)



<b>Falta de distribuição adequada do material didático</b>	<p>Estabelecer e cumprir cronograma de entrega dos materiais</p> <p>Comunicar escolas das comunidades com antecedência o cronograma de distribuição</p>	<p>SEDUC-AM e SEMED-SGC</p>
<b>Considerar e usar como referência os documentos do TEE-RN (Território Etnoeducacional do Rio Negro)</b>	<p>Realizar planejamento e discussões sobre educação escolar a partir de acordos e documentos pactuados no TEE</p>	<p>Associações de Escolas, APIs, FOIRN, Professores(as), SEDUC-AM e SEMEC-SGC</p>
<b>Há comunidades com problemas de avaliação dos professores. Apontam que não seguem os calendários, sugerem substitutos não qualificados e quebram acordos comunitários</b>	<p>Incentivar o diálogo e planejamento entre comunidade e professores</p> <p>Realizar uma avaliação com registro e ampla participação da comunidade</p>	<p>Comunitários e Professores, pedagogos de referência, SEMED-SGC e SEDUC-AM</p>
<b>Que o Conselho de Educação do município de São Gabriel da Cachoeira seja efetivo com apoio para controle social</b>	<p>Realização de conferências e eventos sobre situação da educação escolar na região da CAIARNX. (Sugestão de locais: Balaio, Ilha das Flores, Juruti, Pirapucu, Anamoin e Cucuí)</p> <p>Apoio e formação dos participantes do Conselho</p>	<p>SEMED-SGC, Escolas, Professores, Estudantes e Comunidade escolar</p>

*Intercâmbio entre escolas. I Seminário dos Professores Indígenas do Rio Negro*

Discutir a política e práticas educacionais com troca de experiências

Organizar seminário por três regiões: Xié, Balaio e Rio Negro

Escolas Indígenas, SEMED-SGC, SEDUC-AM com apoio das Associações de Base da CAIARNX

*Levar em consideração o diagnóstico das escolas indígenas da região da CAIARNX feito pelos PGTAs, divulgá-lo e implementar suas propostas*

Considerar informações do diagnóstico para o planejamento de políticas públicas referentes à educação

Garantir participação da comunidade escolar no planejamento e execução

SEMED-SGC, SEDUC-AM, MEC, Escolas Indígenas, FOIRN e Associações de Base da CAIARNX

## **4) Saúde Indígena**

<b>Problemas/ Potencialidades</b>	<b>Propostas</b>	<b>Responsáveis</b>
<i>Valorizar a medicina tradicional e seus conhecedores (as) Reconhecer oficialmente a contribuição de benzedores e parteiras à saúde</i>	<p>Inserir conhecedores(as) no quadro das equipes multidisciplinares do DSEI-ARN, CASAI e SESAI com remuneração. O governo deve aceitar</p> <p>Incentivar diálogo e pesquisas entre tratamentos e profilaxia tradicionais e medicina ocidental</p> <p>Reconhecimento e valorização dos conhecedores(as) nas comunidades</p>	<p>Comunitários, AINBAL e AMIBAL, CASAI, Conhecedores(as), DSEI-ARN, SESAI</p>

---

***Criar um espaço de cultivo e preparação de remédios tradicionais que opere como centro de referência para pesquisa e distribuição***

Construir espaços para cultivo e armazenamento de remédios tradicionais em comunidades estratégicas na TI Balaio

Estabelecer cuidados e regras pelos(as) conhecedores(as) e mecanismos para evitar a apropriação indevida, sem consulta, de conhecimentos e práticas

Comunitários, AINBAL, AMIBAL, Conhecedores (as) com apoio do DSEI-ARN e SESAI

---

***A presença das equipes de saúde varia muito de acordo com a época, com o gestor e os esforços da equipe. É necessário que haja envolvimento, compromisso e qualificação das equipes***

Estabelecer agenda padronizada considerando demandas das comunidades e comunicar agenda para estas

Que a equipe da saúde esteja preparada e qualificada para trabalhos de campo, nas comunidades

Priorização de indígenas formados para atendimento nas comunidades

Garantir permanência do atendimento

Acordos com as comunidades para manutenção dos polos base

AISs, Comunidades, AINBAL e AMIBAL, DSEI-ARN, SEMSA-SGC, Instituições de ensino superior

---

**Agentes Indígenas de Saúde (AISs) precisam ter mais apoio e reconhecimento de sua importância. AISs devem realizar atividades de profilaxia e cura mesmo sem medicamentos, colocando em prática conhecimentos tradicionais**

Reconhecer AISs como parte essencial do atendimento à saúde e como categoria oficial

Incluir AISs no planejamento e instâncias de decisão do DSEI-ARN

Garantir ajuda de custo e insumos básicos, equipamentos, para que AISs possam exercer suas funções

Realização formação continuada dos AISs para serem reconhecimento de profissão

Incentivar diálogos entre conhecedores(as) e AISs

DSEI-ARN e SESAI, Fiocruz, CETAM, Mobilização via FOIRN, Associações de Base e Funai

---

**Falta de medicamentos e infraestrutura**

Manutenção contínua do polo base

Garantir fornecimento regular de medicamentos

Ter espaço de estoque adequado para medicamentos

DSEI-ARN e SESAI

---

**Melhoria no transporte de pacientes com humanização dos resgates**

Adquirir motores, viaturas apropriadas – com proteção contra intempéries do tempo, bancos e macas – para o transporte de pacientes

DSEI-ARN, SESAI

Importância do polo base Balaio possuir equipamento de transporte

Dinamizar os meios de transporte (combinar fluvial e aéreo e melhorar o rodoviário na BR 307)

Instalação e manutenção de radiofonia nas comunidades para remoção de pacientes

T.I Balaio exige manutenção dos orelhões

---

**Consumo excessivo de álcool**

Orientar e informar sobre o consumo de álcool, sobre os diferentes tipos de bebida, a origem de cada uma e as consequências do consumo

AISs, Comunitários, DSEI-ARN, Professores, Conselho tutelar, Conhecedores(as), Escolas, Lideranças, Juventude, DSEI-ARN, SESAI, AINBAL, AMIBAL, CAIARNX, FOIRN/DAJIRN

Formação de um grupo – interinstitucional e com presença de lideranças – que discuta e mobilize sobre o consumo de álcool

Fomentar o debate e discussão sobre o consumo de álcool na região buscando acordo comum regional e elaboração de regimentos internos das comunidades. Participação dos jovens nas discussões

**Problemas de saúde relacionados ao consumo de produtos alimentícios industrializados**

Conscientização pelos AIs, e equipe do DSEI sobre malefícios do excesso de sal (ex: hipertensão) e de açúcar (exs: cáries e diabetes), conservas, e de alimentos industrializados. Informar sobre uso de agrotóxicos, conservantes e antibióticos em produtos industrializados

Valorizar as conhecedoras: levantamento das conhecedoras, e realização de oficinas sobre alimentação em diferentes fases da vida e de culinária indígena na TI

Resgate do sal tradicional e outros alimentos tradicionais que não estão sendo consumidos com frequência

Campanha contra diabetes nas comunidades, com participação dos anciões e anciãs

Comunidades, AINBAL e AMIBAL, AIs e DSEI-ARN

**Fortalecimento do DSEI-ARN e o reconhecimento das reivindicações das populações indígenas por um sistema de saúde especializado**

Estruturar o distrito, desenvolver gestão e atendimento

Realizar processos seletivos com critérios que valorizem formandos das TIs e mantenham experiência e qualificações

SESAI, MS, DSEI-ARN, CONDISI-DSEI-ARN

**Realizar campanha de diagnóstico e tratamento de malária**

Comunicar informações sobre malária nas comunidades. Seminários na TI Balaio

Realizar ações de profilaxia e tratamento direcionadas à malária

DSEI-ARN, Comunidades



## 5) Infraestrutura, comunicação, lixo e saneamento

<b>Problemas/ Potencialidades</b>	<b>Propostas</b>	<b>Responsáveis</b>
<i>Expansão e melhoria da rede de radiofonia</i> <i>Uso indevido da rede de radiofonia</i>	Compra de novas estações e manutenção das existentes  Conscientização e respeito ao protocolo de uso da radiofonia  Formação, cursos, em manutenção dos equipamentos da radiofonia  Comunidades responsáveis pelo uso e manutenção dos rádios, não só a FOIRN  DSEI-ARN também deve arcar com as despesas de manutenção da frequência com a Anatel	AINBAL e AMIBAL, Comunidades, DSEI-ARN, FOIRN, Funai, Lideranças, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, SEDUC-AM, SEMED-SGC
<i>Expansão e melhoria na qualidade da rede telefônica</i>	Instalação e Manutenção de aparelhos  Uso responsável pelos comunitários	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Companhias Telefônicas
<i>Instalação de internet nas comunidades</i>	Garantir acesso à informação e comunicação entre comunitários em comunidades estratégicas como Jerusalém (Iá Mirim) e Parintins  Manutenção/atualização da internet da comunidade Balaio	GESAC, MCTIC, Companhias Telefônicas

**Disponibilizar energia nas comunidades com atenção para convívio social e formas de gerar energia não dependentes de diesel**

O uso de energia aumenta o bem-estar, traz informações, mas pode atrapalhar o convívio comunitário

A energia pode apoiar em iniciativas como educação, conservação e preparação de alimentos, mobilização das comunidades (reuniões e festas)

Evitar fontes que dependam da queima de combustível, conhecer mais sobre iniciativas de energia solar, opções de geração via hidroelétrica/ hidrocinética e eólica. Para isso deve haver estudos dos impactos ambientais

CEAM, Comunidades, Ministério de Minas e Energia, Institutos de pesquisa sobre energia renováveis

**Estrada BR-307 com manutenção contínua**

Manutenção imediata da BR- 307 do km 07 ao km 100

Manter manutenção pelo menos 01 vez por ano com material específico e de qualidade da estrada BR-307

Manutenção das pontes, bueiros, e retiradas dos entulhos. Prioridade para ponte de concreto nas comunidades do Balaio, lá Mirim, Rodrigo Cibele

Fiscalização da Estrada BR-307. Reforçar a presença de equipe e infraestrutura do posto de fiscalização. Qualificar a formação para novos agentes de segurança. Pensar em um coordenador da CTL próprio da TI Balaio (morador ou moradora)

Estabelecer drenagem da Estrada. Retirar entulho dos bueiros

DNIT, Exército Brasileiro, Funai, ICMBio, Secretaria do Meio Ambiente (AM), MMA, Polícia Rodoviária Federal. AINBAL e AMIBAL podem apoiar e mobilizar comunidades

Realizar manejo e reflorestamento em regiões usadas para tirar materiais para manutenção da BR 307

Ponto de divergência e discussão: Abertura do trecho de S. Gabriel da Cachoeira até Cucuí

---

***Manutenção das redes de energia da BR-307***

Garantir fornecimento de energia constante ao longo da BR-307 no trecho de São Gabriel da Cachoeira e Balaio

CEAM, MME, AINBAL, AMIBAL, CEAM, Exército Brasileiro

Manutenção dos fios e postes na estrada

Capacitação para comunitários da TI Balaio sobre manutenção básica da rede elétrica

---

***Gestão do lixo nas Terras Indígenas.***

Ter um programa de gestão para lixo em TIs. Criação de lugares específicos para destinar lixo

Política Nacional de Resíduos

***Problemas de acúmulo de lixo***

Conscientização sobre separação e destino de lixo

Sólidos (Casa Civil-Presidência), MMA, MS, Prefeitura

***Contaminação via pilhas e baterias***

Oficinas de reciclagem nas escolas e comunidades

Municipal de São Gabriel da Cachoeira, MPF-AM, ICMBio,

Criar e divulgar informativo com instruções sobre diferentes tipos de lixo e como destina-los

AINBAL AMIBAL, FOIRN, ISA, Funai, Comunidades,

Manter e ampliar presença dos Agentes Indígenas de Manejo Ambiental

Escolas (SEDUC, SEMED), DSEI-ARN, ISA, Instituições,

Implementação efetiva da Política Nacional de Resíduos Sólidos

associações e cooperativas, que trabalham com reciclagem





Foto 5: Atoleiro na BR-307. Marcos Amend/ISA, 2017



Foto 6: Trecho da BR-307 com fios e postes danificados. Renato Martelli Soares/ISA, 2017



**Construção e manutenção de poços artesanais**

**Estabelecer sistemas de captação de água potável**

Realizar estudo para determinar comunidades estratégicas para construção de poços artesanais. Prioridades: construir poço artesiano na comunidade de Parintins e em Rodrigo Cibebe

Fazer manutenção nos poços existentes nas comunidades de Lá Mirim e Balaio

Expandir distribuição de equipamento para coleta de água da chuva

DSEI-ARN em parceria com Exército Brasileiro (21ª Cia de Engenharia. São Gabriel da Cachoeira/AM). CAIARNX e Associações Indígenas AISARN/DSEI-RN, Programa Água para Todos (Ministério da Integração Nacional). AISARN/DSEI-RN



## **6) Manejo e iniciativas produtivas**

**Problemas/  
Potencialidades**

**Propostas**

**Responsáveis**

*Elaborar Plano de Manejo de recursos estratégicos como pesca, madeira, caça e frutíferas nativas*

Oficinas de levantamento de informação

Elaboração de acordos intercomunitários sobre uso dos recursos

Formação de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental

Associações Indígenas, Comunidades, FOIRN, Funai, MMA, ISA, ICMBio

---

***Estruturar rede de produtos da roça e do extrativismo para comercialização***

Oficinas de identificação de atores e produtos. Oficinas de comercialização, formação de preços e planos de negócios. TI Balaio necessita dessa formação

Criar local para venda e beneficiamento de produtos da roça e do extrativismo

Realizar feiras de produtores com datas pré-estabelecidas

Fortalecimento da loja Wariró com planejamento próprio e organização do fluxo de caixa com produtores ou associações

Oficinas sobre formas institucionais/administrativas voltadas para comercialização

Associações Indígenas AINBAL e AMIBAL, FOIRN, Funai, IDAM, ISA, MMA, ICMBio, SEMPA-SGC

---

***Estruturar iniciativas de turismo de base comunitária (ecoturismo e etnoturismo)***

Elaborar Plano de Visitação em conjunto com as comunidades

Garantir protagonismo das comunidades e associações indígenas nas iniciativas de turismo

Avançar na iniciativa da TI Balaio para turismo no “Morro dos seis lagos e cachoeira tamandú”

AINBAL, AMIBAL, FOIRN, Funai, ISA, ICMBio, SEMA-AM

---

***Projetos de Substituição de alimentos comprados por plantação***

Identificar comunidades interessadas

Realizar estudo de viabilidade

Oficinas sobre venda e troca dos produtos agrícolas e de extrativismo entre comunidades

AINBAL, AMIBAL, Comunidades, IDAM, Funai e FOIRN





## 7) Cultura e Salvaguarda de Patrimônio Socioambiental

<b>Problemas/ Potencialidades</b>	<b>Propostas</b>	<b>Responsáveis</b>
<i>Valorização e reconhecimento da importância dos conhecedores(as), benzedores, parteira, agricultoras e pessoas de notório saber para o bem viver e a gestão territorial</i>	<p>Incluir conhecedores(as) nas instâncias de formação, de tomada de decisão com reconhecimento oficial e apoio</p> <p>Realizar levantamento para especificar os tipos de benzedores atuantes</p>	AINBAL e AMIBAL, Comunidades, CONDISI-DSEI-ARN, DSEI-ARN, Funai, FOIRN, ICMBio, SEDUC, SEMED
<i>Registro e patrimonialização dos lugares sagrados</i>	<p>Mapear e registrar narrativas sobre lugares sagrados do alto rio Negro, rio Xié e TI Balaio.</p> <p>Realizar exercícios de etnomapeamento junto às comunidades</p> <p>Criar estratégia contra pressões como depredação, desconhecimento e desvalorização da cultura indígena</p> <p>Fazer destes locais espaços de aprendizagem e oportunidade de convívio intergeracional</p>	MinC/IPHAN, AINBAL e AMIBAL, Comunidades, Conhecedores(as) FOIRN, Funai, ICMBio, ISA
<i>Realizar intercâmbios e registro de músicas e danças tradicionais</i>	Oficinas com conhecedores e jovens de diferentes etnias e locais da CAIARNX	CAIARNX, Associações de Base, FOIRN, Funai e ISA

## 8) Mulheres e jovens

<b>Problemas/ Potencialidades</b>	<b>Propostas</b>	<b>Responsáveis</b>
<b>Fortalecer as Associações e iniciativas de Mulheres e Jovens Indígenas na região da CAIARNX</b>	Realizar oficinas de gestão da AMIBAL e AINBAL na TI Balaio  Incluir participação da AMIBAL e AINBAL nas instâncias do movimento indígena (assembleias, conselhos e comitês)  Aumentar o envolvimento das-mulheres e jovens da TI Balaio na gestão territorial	Funai, FOIRN, DMIRN, DAJIRN, AMIARN, AMIBAL, ISA, Ministério da Cultura, Secretaria de Cultura Municipal –SGC
<b>Formar núcleos e grupos de trabalho de mulheres na TI Balaio</b>	Reunir associações para discutir temas definidos pelas mulheres  Realizar oficinas de gestão e empreendedorismo com estes núcleos de mulheres	FOIRN, DMIRN, AINBAL, AMIBAL Associações de Base CAIARNX
<b>Intercâmbio entre AMIBAL e AMIARN sobre medicina tradicional</b>	Realizar série de oficinas entre duas associações e os núcleos de mulheres das Associações de Base	DMIRN, AMIARN, AMIBAL e Associações de Base
<b>Capacitação sobre manejo do lixo e reciclagem</b>	Oficinas sobre reciclagem	Núcleos de mulheres da CAIARNX, AMIARN, AMIBAL, DMIRN

<b>Promover troca de experiências com outras Associações de Base</b>	Oficinas, conferências, intercâmbios e seminários sobre direitos indígenas e empoderamento das mulheres	Associações Indígenas com trajetórias de lideranças mulheres. Associações de Mulheres Indígenas
<b>Valorização do cuidado de saúde tradicional das mulheres e produção de material didático sobre o tema nas línguas indígenas</b>	Diagnósticos sobre saúde da mulher Incentivar financeiramente programas para formação das jovens indígenas Realizar oficinas, seminários e práticas com esta temática	Parceiros do movimento indígena, Editais para Associações indígenas, AMIBAL, AMIARN, Funai, MJ, MMA, MinC
<b>Organizar biblioteca com viveiro para organizar e incentivar conhecimentos das mulheres indígenas</b>	Reunir materiais, narrativas e experiências relativos aos conhecimentos das mulheres Estabelecer horta com diferentes mudas, incentivar trocas na TI e região	Núcleo de mulheres das Associações do Rio Negro, AMIBAL, DMIRN, FOIRN e Institutos de Pesquisa





## V – Conclusão e prioridades

***“Nós povos indígenas procuramos gritar pelos nossos direitos e muitas vezes não somos ouvidos e respeitados. O grupo de instituições responsáveis deve tomar a atitude concreta de ouvir o que nós queremos.” José de Lima Ribeiro, Tukano da comunidade Jerusalém/lá Mirim na oficina de validação em 2019.***

Podemos destacar que o fator fundamental para o bem viver e a sobrevivência dos povos indígenas nas terras demarcadas é o apoio e fortalecimento às comunidades que aqui vivem e precisam de transporte adequado, saúde e educação de qualidade. Em suma, precisamos que sejam respeitados nossos direitos constitucionais. É preciso que seja garantida a sustentabilidade do território, com seus igarapés, serras, animais, terras e árvores e isso só é possível levando em conta o manejo que fazemos como povos indígenas. Este manejo alia nossas tradições a métodos modernos que dialogam com nossas práticas e está em constante evolução.

Pelo que apresentamos neste Plano **esperamos deixar claro a importância da BR 307, pois envolve educação, saúde, mobilidade, migração e acesso a políticas públicas em geral.** No caso da saúde, a estrada do jeito que está torna muito perigoso o transporte de pacientes com casos graves e dificulta a visita constante da equipe de saúde. Para a educação, após muita mobilização das lideranças e comunidades indígenas há hoje uma escola estadual que pode oferecer o ensino médio na comunidade do Balaio. No entanto não se consegue levar os alunos das outras comunidades e sítios, muitas vezes já matriculados, pela falta de transporte escolar diário.

Ou seja, **a estrada é um fator estrutural para o bem viver nesta Terra Indígena e sua manutenção e reforma devem ocorrer. É im-**

**portante também que o planejamento destas ações conte com a participação das comunidades pois como principais usuários desta via e conhecedores do território, nós, moradores e moradoras da TI Balaio temos muito a colaborar.** As comunidades apontaram a importância de realizar o **manejo e reflorestamento das áreas e recursos utilizados para a reforma e manutenção da estrada**, esse por exemplo é um dos pontos de colaboração para o qual nós moradores locais nos comprometemos.

Outra prioridade envolve o que pode ser feito para desenvolver e **gerar renda para nossas comunidades e assim fortalecer nossa produção através de produtos bem feitos e de qualidade.** Trazendo assim oportunidades de produção e para transmissão de saberes e práticas entre gerações e entre artesãos e artesãs.

A **fiscalização** é outro ponto que muito nos importa, com a **necessidade de postos permanentes** pois há entrada de caçadores que não respeitam a gestão do território pelas comunidades e pessoas que trazem problemas aliciando jovens e fazendo uso abusivo de álcool.

O fortalecimento institucional e político das Associações de Base AINBAL e AMIBAL e da coordenadoria regional da FOIRN, a CAIARNX, também é importante e deve contar com uma série de ações. De discussões sobre áreas de representação entre comunidades, regularização das associações, formação e fomento a conselhos de anciões, envolvimento e práticas de jovens que permitam a elaboração e a gestão de projetos à realização de debates e acordos entre as comunidades e sítios da Terra Indígena.

**Como sabemos, o PGTA é uma ferramenta, vamos usá-lo em diálogo com agentes externos e também internamente. Com isso, imaginamos fortificar o que nós desejamos dentro do nosso território. A partir do PGTA, reivindicamos o que a gente discutiu, acordou, colocou no plano e entende que é o mais central para o nosso viver em paz e bem. O futuro e a expectativa que queremos é que tudo que foi discutido seja comunicado, cumprido e respeitado.**





## Siglário:

**AINBAL** – Associação Indígena do Balaio

**AMIARN** – Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro

**AMIBAL** – Associação das Mulheres Indígenas do Balaio

**API** – Assessor Pedagógico Indígena

**CAIARNX** – Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié

**CASAI** – Casa de Apoio à Saúde do Índio

**CONDISI** – Conselho Distrital de Saúde Indígena

**DAJIRN** – Departamento dos Adolescentes e Jovens Indígenas do Rio Negro da FOIRN

**DMIRN** – Departamento das Mulheres Indígenas do Rio Negro da FOIRN

**DNPM** – Departamento Nacional de Produção Mineral

**DSEI ARN** – Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**FIOCRUZ** – Fundação Oswaldo Cruz

**FOIRN** – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

**Funai** – Fundação Nacional do Índio

**Funai CR-RNG** – Coordenação Regional do Rio Negro, Fundação Nacional do Índio

**GESAC** – Serviço de Atendimento ao Cidadão, programa de inclusão digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC

**GT** – Grupo de Trabalho

**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

**IDAM-AM** – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

**IFAM** – Instituto Federal do Amazonas

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



**ISA** – Instituto Socioambiental  
**MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
**MCTIC** – Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação  
**MD** – Ministério da Defesa  
**MEC** – Ministério de Educação  
**MIN** – Ministério da Integração Nacional  
**MMA** – Ministério do Meio Ambiente  
**MME** – Ministério de Minas e Energia  
**MPF** – Ministério Público Federal  
**MS** – Ministério da Saúde  
**PGTAs** – Planos de Gestão Territorial e Ambiental  
**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
**PNGATI** – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas  
**PPPI** – Projeto Político Pedagógico Indígena  
**SAT-RN** – Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro  
**SEDUC-AM** – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas  
**SEMA-AM** – Secretaria do Meio Ambiente do Amazonas  
**SEMATUR-SGC** – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo de São Gabriel da Cachoeira  
**SEMED-SGC** – Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira  
**SEMPA-SGC** – Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento de São Gabriel da Cachoeira  
**SEPROR-AM** – Secretaria de Produção do Amazonas  
**SESAI** – Secretaria Especial de Saúde Indígena  
**SGC** – São Gabriel da Cachoeira  
**TI** – Terra Indígena  
**UEA** – Universidade Estadual do Amazonas  
**UFAM** – Universidade Federal do Amazonas







































# Legendas e créditos das imagens

## Página 56

Foto 7 – Ponte de madeira na BR-307 na comunidade do Balaio, TI Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

Foto 8 – Trecho da BR 307 com pinguelas feitas por toyoteiros. Renato Martelli Soares/ISA, 2019.

Foto 9 – Trecho da BR 307 com mata próxima à rodovia. Outubro 2019. Renato Martelli Soares/ISA, 2019.

## Página 57

Foto 10 – Jovem brinca em ponte de madeira da BR-307 em frente à comunidade do Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2017.

Foto 11 – Comunidade Jerusalém/Iá Mirim, outubro de 2019. Eliezer Sarmento/FOIRN, 2019.

Foto 12 – Ponto de cultura na comunidade do Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

## Página 58

Foto 13 – Participantes da oficina realizada na comunidade do Balaio para a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

Foto 14 – Jacinta Sampaio explica sobre plantas medicinais na oficina na comunidade do Balaio para a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

Foto 15 – Participantes da oficina realizada na comunidade do Balaio para a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

## Página 59

Foto 16 – Bartolomeu Sampaio na oficina realizada na comunidade do Balaio para a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

Foto 17 – Eucimar dos Santos Aires revisa dados do levantamento socioambiental na comunidade do Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2017.

Foto 18 – Participantes de oficina de revisão dos dados do levantamento socioambiental na comunidade do Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2017.

## Página 60

Foto 19 – Participantes da oficina realizada na comunidade do Balaio para a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

Foto 20 – Adelina de Assis Sampaio, pesquisadora indígena para o levantamento socioambiental que subsidiou os PGTA's do médio e alto Rio Negro. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto 21 – Participantes da oficina realizada na comunidade

do Balaio para a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

## Página 61

Foto 22 – Participantes da etapa de validação do PGTA Balaio na comunidade de Jerusalém/Iá Mirim. Eliezer Sarmento/FOIRN, 2019.

Foto 23 – Gabriel Ribeiro dos Santos, pesquisador indígena para o levantamento socioambiental que subsidiou os PGTA's do médio e alto Rio Negro. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto 24 – Participantes da etapa de validação do PGTA Balaio na comunidade de Jerusalém/Iá Mirim. Eliezer Sarmento/FOIRN, 2019.

## Página 62

Foto 25 – Grupo de Trabalho da comunidade Jerusalém/Iá Mirim na etapa de validação do PGTA Balaio na comunidade de Jerusalém/Iá Mirim. Eliezer Sarmento/FOIRN, 2019.

Foto 26 – Grupo de trabalho da Terra Indígena do Balaio em Juriti em uma das sete oficinas realizadas para a construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA's) dos territórios indígenas do Rio Negro. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

Foto 27 – Grupo de Trabalho da comunidade Balaio na etapa de validação do PGTA Balaio na comunidade de Jerusalém/Iá Mirim. Eliezer Sarmento/FOIRN, 2019.

## Página 63

Foto 28 – Grupo de Trabalho da comunidade Balaio na etapa de validação do PGTA Balaio na comunidade de Jerusalém/Iá Mirim. Eliezer Sarmento/FOIRN, 2019.

Foto 29 – Grupo de Trabalho da comunidade Balaio na etapa de validação do PGTA Balaio na comunidade de Jerusalém/Iá Mirim. Eliezer Sarmento/FOIRN, 2019.

Foto 30 – Grupo de trabalho na oficina de revisão dos dados do levantamento socioambiental na comunidade do Balaio. Renato Martelli Soares/ISA, 2019.

## Página 64

Foto 31 – Etapa em Juriti de uma das sete oficinas inaugurais realizadas para a construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA's) dos territórios indígenas do Rio Negro. Renato Martelli Soares/ISA, 2015.

Foto 32 – Trecho da BR 307. Marcos Amend/ISA, 2017.

Foto 33 – Grupo de Trabalho da comunidade Balaio na etapa de validação do PGTA Balaio na comunidade de Jerusalém/Iá Mirim. Eliezer Sarmento/FOIRN, 2019.

